ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº81, REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1994.

No primeiro dia do mês de novembro, do ano de mil novecentos e noventa e quatro, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua Sede, sob a Presidência do vereador Renato José Schneider, estando ainda presentes os seguintes edis: Roque Danilo Exner, Carlos Henrique Schaeffer, Mauro Moacir Diefenbach, Arlindo Vogel, José Führ, Agenor Eloir Schmidt, Francisco Ex­ner e João Adelmo Welter. O Presidente declarou aberta a Reunião e solicitou, de imediato, ao Secretário da Mesa Diretora, vereador Mauro M. Diefenbach, a procedência da leitura da Ata da reunião anterior. Colocada em discussão, observou o vereador Agenor Eloir Schmidt, que o dono do Jornal Livre Expressão, não era o proprietário do ex-Jornal Ivoti, como constava na Ata, e sim funcionário desse Jornal. Após a ressalva, a Ata foi aprovada por unanimidade.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Da Assembléia Legislativa, o jornal Diário da Assembléia de Nº6448; Do Deputado Caio Repiso Riela, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais, convite aos ve­readores, para participarem de debate de temas, com os Deputados Federais e Sena­dores eleitos pelo Rio Grande do Sul, no dia 8 de novembro, do ano em curso, com início às 9 (nove) horas e 30 (trinta) minutos, no Plenarinho da Assembléia – 3º andar; Da Câmara Municipal de Sapiranga, Of.409/94, encaminhando indicação feita pe­lo vereador Luiz Roberto Prezzi; Do Poder Executivo Of.nº167/Gab/94, encaminhando Projeto de Lei que Orça a Receita e Fixa a Despesa do Município de Presidente Lucena-RS, para o exercício de 1995, e dá outras providências.

DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS

Foi formada Comissão para analisar o Projeto de Lei Nº29/94, que Orça a Receita e Fixa a Despesa do Município de Presidente Lucena-RS, para o exercício de 1995, e dá outras providências. Sendo nomeado como Presidente da Comissão, o vereador Agenor E. Schmidt, como relator o vereador Francisco Exner e sendo determinado que revisores seriam os demais vereadores.

ORDEM DO DIA

Houve a votação do Projeto de Lei Nº28/94, que cria o Programa Estudantil Prefei­to, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários por um dia, no Município de Presiden­te Lucena. O relator, vereador José Führ, comentou que os estudantes de hoje seriam os políticos do amanhã. E que no momento estavam legislando esse Município e que no futuro seriam as crianças do presente. E como o Projeto era claro, especi­ficando as normas a serem obedecidas pelos interessados, seu parecer seria favorável. Comentou o vereador Roque D. Exner que queria parabenizar o colega vereador Mauro M. Diefenbach pela iniciativa. E que o referido Projeto era um incentivo aos estudantes. Falou ainda o vereador Mauro M. Diefenbach que os estudantes iriam estudar mais, para obterem a aprovação necessária para poderem ocupar os cargos do Projeto. Após os comentários, o Projeto foi aprovado por unanimidade em 1ª (primeira) votação. Agradeceu no momento, o vereador Mauro M. Diefenbach pela colaboração dos colegas. Em continuidade a revisão do Projeto de Lei que implanta as pla­cas de táxi no Município de Lindolfo Collor, para possível adaptação do mesmo ao Município, comentou o vereador Mauro M. Diefenbach que pelo inciso IV (quarto) do Artigo 15 (quinze) o proprietário de táxi não poderia vender a placa para outra pessoa, sem prévia autorização da Prefeitura. Disse ainda que gostaria que não integrasse o Projeto, o referido artigo, pois se proprietário da placa de táxi quisesse vendê-la que o mesmo assim o pudesse proceder. Falou o vereador Agenor E. Schmidt que ao ver dele estava correto o artigo, pois a Prefeitura teria que

segue ...

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº81 - CONTINUAÇÃO – F0LHA 02

autorizar a exploração do serviço de táxi. Comentou o vereador Arlindo Vogel que pelo Artigo, praticamente a Prefeitura estava escolhendo quem pudesse ser taxista. Pois se proprietário de placa de táxi quisesse vendê-la, que só poderia passá-la para outra pessoa autorizada pela Prefeitura. Comentou o vereador Arlindo Vogel, que o correto seria, que quando taxista não quisesse mais exercer a função, que devolvesse a placa para a Prefeitura, mas que não tinha conhecimento de Município em que isso acontecia assim, pois que os taxistas vendiam as placas. Falou o ve­reador Roque D. Exner que seria correto o taxista que não quisesse mais exercer a função, que devolvesse a placa, a fim de que o próximo inscrito pudesse passar a desenvolver a atividade. Comentou o Presidente da Mesa Diretora, que achava que não havia anormalidade no referido Artigo, e que em sua opinião, era correto a Prefeitura autorizar o interessado na exploração do serviço. Quando concluida a revisão, falou o vereador Roque D. Exner que o Projeto falava dos deveres e direitos dos taxistas, mas que as obrigações eram muitas e os direitos poucos.

EXPOSIÇÕES PESSOAIS

Comentou, no momento, o vereador Arlindo Vogel, que em relação ao Projeto que institui o programa de apoio ao pequeno e médio produtor rural, quando da sua vota­ção teve dúvidas sobre o Artigo que falava de acessos, e que o colega, vereador José Führ, se informara e tendo sido lhe dito que os acessos aos quais se referia o Projeto eram abertura de ruas e estradas. E se baseando nisso, como até o pre­sente, deste a emancipação, não havia sido arrumada a rua que conduz as residências de quatro moradores, para os quais vendeu as terras, se inscrevera no referido programa para deixar arrumar a mencionada Rua. E que na sexta-feira, dia 28 (vinte oito) de outubro, passado, o operador da retroescavadeira passara na sua resi­dência e lhe falara que de tarde iria fazer o serviço dele. Falou ainda o verea­dor Arlindo Vogel que dizera ao operador que para ser feito o serviço seria necessário também a ajuda de caminhão, pois havia necessidade de ser levado saibro sobre a Rua. E que o mesmo então lhe falara que o Secretário de Obras ainda comentara o mesmo, mas que ficara por isso. E de tarde o operador da máquina tendo retornado para saber como havia ficado a questão. Disse o vereador Arlindo Vogel que então telefonara para a Prefeitura e que falara com o Prefeito. E que esse lhe dissera que no referido programa, para esse serviço, não constava a participação de cami­nhão na execução do mesmo. Comentou o vereador Arlindo Vogel, que então o opera­dor da retroescavadeira falara que não sabia o que estava acontecendo no Munici­pio, pois que na manhã do mesmo dia, fizera a abertura de acesso e que dois caminhões ajudaram. Disse o vereador Arlindo Vogel que isso não podia admitir, pois que de manhã fora uma coisa e a tarde outra. Disse o vereador Francisco Exner que tinha absoluta certeza de que no Projeto, para abertura de acessos, só constava o serviço de retroescavadeira. Falou o vereador Arlindo Vogel que quando da votação foram lhe esclarecidas as dúvidas, sendo dito que acessos, era a abertura de ruas que simplesmente com retroescavadeira não se conseguia deixar um acesso trafe­gável. Falou o vereador Francisco Exner que quando fora arrumado o acesso para o munícipe Inácio Führ, o mesmo teve que contratar caminhão de forma particular, e a Prefeitura só tendo colocado a máquina à disposição. Disse o vereador Arlindo Vogel ao vereador Francisco Exner, que o mesmo sempre defendia o Prefeito e que nunca defendia a população do Municipio. Falou então o vereador Francisco Exner que quando da votaçao do referido Projeto, o colega vereador Arlindo Vogel perguntara ao vereador José Führ se a abertura de acessos era abertura de ruas até a roça ou até a residência do interessado. E que o vereador José Führ, após ter se informado, falara que abertura de acessos no projeto era a abertura de ruas à ro­ça ou à

segue ...

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº81 - CONTINUAÇÃO – F0LHA 03

residência, mas que no projeto não constava e também nada tendo sido fa­lado sobre caçambas, e que até havia a gravação para provar o mesmo. Falou então o vereador Arlindo Vogel, que era mais grave ainda, pois que na manhã do dia em que o operador viera na casa dele, fora trabalhado com caçamba na abertura de acesso. Perguntou no momento o vereador Mauro M. Diefenbach, ao vereador Arlindo Vogel quem fora o beneficiado com a abertura de acesso em que as caçambas da Pre­feitura trabalharam. Disse o vereador Arlindo Vogel que não iria citar o nome pa­ra não se incomodar. Disse ainda o vereador Arlindo Vogel que a estrada que pedira que arrumassem era de 100 (cem) metros de comprimento e iria beneficiar quatro moradores e que nem era coisa de estarem querendo pagar, pois era Rua pública e portanto a Prefeitura teria que, por certo, arrumá-la. Comentou o vereador José Führ que o referido Projeto já gerara muita polêmica, e que o colega vereador Agenor E. Schmidt, lhe falara anteriormente, que beneficiado com o serviço de retroescavadeira quando fora pagar pelo serviço , na Prefeitura, teve que pagar 10% (dez por cento) de multa por ter passado do prazo 2 (dois) dias, e que o prazo era de 15 (quinze) dias após a execução do serviço. Falou ainda o vereador José Führ que o referido munícipe falara ao vereador Agenor E. Schmidt, que quando reclamara com o funcionário da Prefeitura, esse teria falado que era culpa dos vereadores. Co­mentou o vereador José Führ, se um projeto vinha para a Câmara e se os vereadores não o aprovassem, certamente seriam criticados por não o aprovarem e quando apro­vavam também eram condenados. Disse ainda que o funcionário da Prefeitura poderia falar aos agricultores, guando da inscrição, que após o serviço prestado, teriam 15 (quinze) dias para pagá-lo e não deixar de comunicar o mesmo ao colono e quando viesse reclamação, por a culpa nos vereadores. Comentou o vereador Agenor E. Schmidt que o referido munícipe que teve que pagar a multa, não sabia o prazo que tinha para efetuar o pagamento do serviço prestado, sem receber multa. E que também não se lembrara mais de que o prazo era de 15 (quinze) dias, pois que no ano passado, havia o mesmo sido de 30 (trinta) dias. Falou o vereador Mauro M. Diefen­bach, que teria-se que chamar o funcionário que falara que os vereadores eram os culpados, para que esclarecesse sua afirmação. Falou o vereador Francisco Exner que o funcionário da Prefeitura que falara o mencionado, talvez havia se expressado mal, pois que o projeto de lei, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias, havia sido aprovado pelos vereadores, e que possivelmente tenha sido essa a intenção, mas da maneira que falara,dando a entender outra coisa. Disse então o vereador José Führ, porque na Administraçao Municipal não podiam assumir seus erros, pois que assumia o que fazia, e que ajudara a aprovar o Projeto. Falou também o vereador Arlindo Vogel porque a Administração sempre empurrava os problemas para os verea­dores. Disse que essas atitudes mostravam que não queriam que os vereadores apro­vassem os projetos. Perguntou ainda o vereador Arlindo Vogel qual o procedimento da Administração Municipal com os funcionários de empresas que queriam deixar fa­zer terraplanagem para construção de suas casas, já que quando se inscrevera lhe fora exigido o talão de produtor. Comentou o Presidente da Mesa Diretora que o Projeto de Lei criava o programa de apoio ao pequeno e médio produtor rural e que funcionário de empresa, já era outra questão, visto que o mesmo não dispunha de talão de produtor. Falou ainda o vereador Arlindo Vogel que a partir do presente momento, o projeto de lei que não fosse bem claro, não iria mais dar seu parecer. Aproveitou o momento ainda o vereador José Führ, para solicitar o envio de correspondência ao Poder Executivo solicitando que fosse arrumado o assento da parada de ônibus, localizada defronte a Calçados Dilly. Também o vereador Agenor E. Sch­midt, pediu que fosse enviada correspondência ao Poder Executivo, solicitando que fosse

segue ...

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº81 - CONTINUAÇÃO – F0LHA 04

arrumada a entrada para a localidade de Vila Rica. Disse que a Rua Presi­dente Lucena foi arrumada e o operador da motoniveladora tendo deixado saliência junto a entrada da referida Rua. Pediu no instante o vereador Francisco Exner para ser realizada a próxima sessão na terça-feira, dia 08 (oito) de novembro, do presente ano. Pois que na quarta-feira, a tarde seria dada a primeira tarefa da II (segunda) Gincana da Emancipação de Presidente Lucena, e como iria participar da mesma, ficaria difícil para vir na reunião. Falou o Presidente da Mesa Direto­ra que também já pensara o mesmo, pois dessa maneira, na quarta-feira, poderia assinar os ofícios, já que na quinta-feira, dia 10 (dez) de novembro, seria feriado municipal. Estando todos os vereadores de acordo para a realização da próxima reunião na terça-feira, dia 08 (oito) de novembro, do ano em curso. Perguntou no ins­tante o Presidente da Mesa Diretora, vereador Renato José Schneider, ao vereador Arlindo Vogel, por que havia a necessidade da participação no serviço, de caçamba. Respondeu o vereador Arlindo Vogel que a caçamba seria necessária para ensaibrar a rua. Falou então o Presidente da Mesa Diretora que a Prefeitura não poderia en­saibrar rua particular. Disse então o vereador Arlindo Vogel que a Rua não era particular. Pediu o Presidente da Mesa Diretora ao Assessor Legislativo, que dei­xasse o Projeto de Lei que institui o programa de apoio ao pequeno e médio produ­tor rural, a mãos, para ser melhor estudada a questão, na próxima reunião. Comen­tou o vereador Arlindo Vogel por que os quatro moradores nao podiam ser beneficiados, sendo arrumada a rua. Já que para inúmeros munícipes era arrumada a estrada, mesmo que fosse beneficiada, algumas vezes, somente uma pessoa. Disse o Presiden­te da Mesa Diretora, que não tinha conhecimento de nenhum munícipe, para o qual a Prefeitura tivesse, gratuitamente, arrumado a rua. Comentou ainda o vereador Renato J. Schneider, que tinha uma taipa sobre suas terras, na divisa com as do vizinho, e que pretendia deixar tirar a mesma, para fazer um acesso, e que para isso contratara empresa particular. Pois sabia que a Prefeitura não iria tirá-la. E mesmo querendo construir aviários, preferiu deixar fazer o serviço de forma particular, sabendo que há o Projeto para construção de aviários. Por último pediu aos colegas vereadores, que avisassem os inscritos para aquisição de telefone, que os mesmos seriam comercializados no dia seguinte das 9h00min (nove horas) às 18h00min (dezoito horas) e no dia 05 (cinco) do presente mês, das 8h00min (oito ho­ras) às 18h00min (dezoito horas). Perguntou o vereador Carlos H. Schaeffer se teria que ser paga a linha telefônica quando da aquisição. Disse o vereador Francisco Exner que 30% (trinta por cento) teria que ser dado de entrada e o restante poderia ser negociado com a empresa, para ser pago em até 10 (dez) parcelas. Disse que no início a empresa não fizera a exigéncia dos 30% (trinta por cento), mas co­mo a obra estava sendo feita em ritmo acelerado, a empresa precisava de recursos financeiros para poder efetuar a mesma. E que as obras estavam em ritmo acelerado pois havia a intenção de inaugurar os telefones ainda em dezembro do presente ano, ou até fevereiro do próximo, mas que não era algo certo. Falou então o vereador Carlos H. Schaeffer que a empresa estava querendo cobrar e não sabia até quando seriam entregues os telefones. Disse então o vereador Francisco Exner, que não era bem assim, pois a empresa Pampa, que iria fazer a instalação, iria concluir a obra em 60 (sessenta) dias, só que dependeria da CRT a ligação do sistema. Falou o vereador Mauro M. Diefenbach, que como a empresa ganhara a licitação, que não via o por quê de a mesma exigir o pagamento de 30% (trinta por cento) como entrada, pois se nao tivesse condições de executar a obra, que não tivesse participado da licitação. Comentou o vereador Francisco Exner, que não falara com o Presidente da Comissão que escolhera a empresa, para saber ao certo o que foi decidido, mas que pretendiam

segue ...

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº81 - CONTINUAÇÃO – F0LHA 05

negociar com a mesma a possibilidade de ser pago 30% (trinta por cento) da obra. Pois teria alguns que iriam comprar o telefone a vista e portanto os demais não precisariam pagar o referido percentual. Comentou o vereador Mauro M. Diefenbach que tinha a impressão que iria demorar a serem ligados os telefones. Disse que esperava estar enganado, mas a impressão que tinha era de que iria demorar. Falou ainda o vereador Francisco Exner, que no Município de Linha Nova, a população já tinha pago a metade dos telefones e as obras estavam no mesmo está­gio que as desse Município. Que a empresa que estava instalando os telefones na­quele Municipio não respeitara as leis da CRT, enquanto que a Pampa estava seguindo as normas da CRT. Comunicou ainda o vereador José Führ, que o funcionário do Posto do Banco do Brasil no Município, pedira que avisasse aos colegas vereadores, que aqueles que ainda não tivessem feito seu cadastro, que o fizessem, pois o prazo encerrava em dezembro, do presente ano.Como mais nada houvesse para ser deliberado, o Presidente declarou encerrada a Reunião, marcando a seguinte em caráter ordinário, para o dia 08 (oito) de novembro, do corrente ano, no mesmo local e horário. E, para constar, César Alberto Karling, Assessor Legislativo, elaborou a presente Ata, a qual após lida e aprovada, será subscrita pelo Presidente e Secretário da Mesa Diretora.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

PRESIDENTE SECRETÁRIO